



A IDENTIDADE CULTURAL QUILOMBOLA E A IMPORTANCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO JOSÉ MONTEIRO SOBRAL (LARANJEIRAS-SE)

Isabela dos Santos[1]

Mário Jorge Silva Santos[2]

Educação no Campo, movimentos sociais

RESUMO

O Presente trabalho tem como objetivo analisar a construção da identidade cultural quilombola e a importância do projeto político pedagógico da Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral na comunidade da Mussuca (Laranjeiras - SE). A metodologia de pesquisa foi construída com os seguintes procedimentos: Levantamento de referencial teórico sobre o tema; Entrevistas com moradores locais e análise da realidade com construção do texto; Caracterização social e histórica da comunidade da Mussuca e apresentação da realidade escolar da comunidade. Com este trabalho consideramos que a escola local precisa ser colocada no centro da realidade da comunidade especialmente no fazer pedagógico, uma vez que a mesma é espaço de reprodução social e cultural expressados na formação da cidadania e do seu autoreconhecimento, especialmente em uma comunidade reconhecidamente quilombola, onde afloram sentidos e expressões de berços africanos e que determinam práticas sócias que precisam ser reconhecidas no ambiente escolar.

Palavras-chave: - Identidade quilombola; Escola; Comunidade

RESUMEN

The present work aims to analyze the construction of the cultural identity and the importance of quilombola political pedagogical project of the Municipal School Mayor José Monteiro Sobral in the community Mussuca (Laranjeiras - SE). The research methodology was built with the following procedures: Survey of the theoretical framework on the subject; Interviews with local inhabitants and analysis of reality with construction of the text; Social and historical characterization of the community of Mussuca and presentation of the reality of the school community. With this work, we consider the local school to be placed in the center of the reality of the community especially in pedagogical practice, since it is a space of social and cultural reproduction expressed in the formation of citizenship and recognition of themselves, especially in a community known quilombola, in which raises senses and expressions of African origins which determine social practices which members need to be recognized in the School environment.

Keywords: Quilombola identity; School; Community

INTRODUÇÃO

A partir do século XVI, os negros foram trazidos para o Brasil para trabalhar nas lavouras da cana de açúcar e em meados do século XVIII, nas minas de ouro e pedras preciosas na região central do Brasil. Durante o processo muitos morreram nas escavações e os poucos que conseguiam ficar com algo daquele trabalho, se não fossem descobertos e cruelmente punidos, tentavam comprar a sua liberdade. Alguns poupavam para comprar a sua carta de alforria (documento de liberdade) isso se não fossem traídos e escravizados mais uma vez.

Os que conseguiam a liberdade, se não possuísem outras economias, acabavam se submetendo a qualquer trabalho em troca de um teto e comida, porque a sociedade brasileira não aceitava incluir o negro como membro efetivo da sociedade.

Em diferentes partes do Brasil, sobretudo após a Abolição (1888), os negros foram desqualificados e os lugares em que habitavam foram abandonados pelo poder público ou mesmo questionado por outros grupos recém-chegados, com maior poder e legitimidade junto ao Estado.

Os argumentos que levaram os povos do continente africano a serem escravizados foram somente a cor da pele. Essa questão merece reflexão ampla, porque em toda história da humanidade, as diversidades ocasionavam os motivos para a dominação. Todavia, os interesses econômicos sempre predominaram sob essa máscara do preconceito. Uma parte da sociedade (que não significa a majoritária) foi contra o escravagismo mais claro que escravizar teve motivos e significados diferentes, mas a exploração de mão-de-obra barata teve como pano de fundo o enriquecimento de nações e da classe mais abastada.

Os negros retirados à força das suas terras de origem, onde eram livres, possuíam lares, famílias e alguns eram líderes e soldados, eles não se conformaram com as humilhações constantes e o tratamento animal dado por grande parte dos senhores. Desarmados, mal nutridos, trabalhando em péssimas condições, sob o chicote dos capatazes, não eram covardes nem burros, como insistem alguns historiadores racistas ao contrário eram estrategistas e procuravam manterem-se vivos para sobreviver e fugir.

As elites pregavam que os negros que fugiam, e se refugiavam em quilombos, constituíam um perigo e risco às instituições, devendo ser destruídos. Mas a verdade é que os corajosos e resistentes fugitivos queriam se livrar dos maus tratos e buscavam a liberdade perdida.

Para não serem encontrados, os escravos procuravam ocupar áreas de difícil acesso, pois se os capatazes das fazendas seguissem seus rastros, os castigos seriam cruéis e a morte dos líderes da fuga, certa.

As mulheres que sofreram toda forma de abuso com a escravidão, mais utilizadas como mão-de-obra nas casas, limpando, arrumando, cozinhando, cuidando das esposas e filhas dos fazendeiros, amamentando crianças brancas, delicadamente iam adicionando os seus saberes às práticas do lar. Além de conviverem na cozinha ou forçadas a se prostituir, transitavam nas ruas para vender e comprar produtos, relacionando-se com negros de outras casas e colaboraram muito para a organização e fuga dos companheiros de prisão.

Segundo (Arruti, 1999), o traçado da fronteira étnico-cultural no interior do Brasil/Nação esteve, portanto, sempre marcado pela preservação do território invadido e ocupado no processo colonial e por inúmeros conflitos de terra que remontam aos dias atuais.

Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e,

consequentemente, uma reflexão científica em processo de construção. A questão das terras de quilombos são desafios e embates já visíveis, no plano conceitual (quanto à identificação do fenômeno referido) e no plano normativo (quanto à definição do sujeito do direito, os critérios, etapas e competências jurídicas-políticas).

A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, cujo Artigo 68 das Disposições Transitórias prevê o reconhecimento da propriedade das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, o debate ganha o cenário político nacional.

Nos últimos vinte anos, os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em Associações Quilombolas, reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento, bem como o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade.

Todo o esforço é demonstração de que a questão das chamadas terras de quilombos deve ser remetida à formalização jurídica das terras de uso comum, ou seja, domínios doados entregues ou adquiridos, concessões feitas pelo Estado, áreas de apossamento ou doadas em retribuição aos serviços prestados.

Um dos maiores e mais conhecidos quilombos brasileiro foi o de Palmares. Surgiu a partir da reunião de negros fugidos da escravidão nos engenhos de açúcar da Zona da Mata nordestina, entre o ano 1590 e 1600. Localizado na Serra da Barriga, em Alagoas. Palmares era o farol dos escravos, a esperança de um dia obter a liberdade.

Desde 1988, o Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (que determina que o Estado deve emitir o título das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos) assegura os títulos de posse às comunidades oriundas de antigos quilombos (formados por escravos fugidos) que ocupam essas terras desde a abolição da escravidão.

Mas até o decreto de 2003, o artigo abria brechas para contestações porque não determinava um procedimento padrão.

No decorrer do mesmo ano de 2003, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva regulamentou o decreto e extinguiu a necessidade de registros em cartórios ou laudos antropológicos sobre a linhagem da população pertencente àquela terra.

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido como proprietários definitivos, devendo o Estado emitir-lhes os títulos.

O quilombo é trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma dívida que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária.

Segundo NUNES (2004):

O processo de construção ou perda de uma identidade deve ser seriamente refletido a fim de que as crianças negras não permaneçam diluídas numa cultura de que se é alguém, mas que se tem dúvida de definir. Negro, preto, azulão, mulatinho, várias terminologias utilizadas para designar o “outro” enquanto que na verdade trata-se de uma fuga de si mesmo. (NUNES, 2004, p. 57)

A condição de ser remanescente de quilombo gera, muitas vezes, concepções equivocadas a respeito do que é ser uma comunidade quilombola. Ser quilombola é se autorreconhecer como descendentes de

escravos negros, assumir sua identidade, ser respeitado e ter direitos garantidos na sociedade.

A MUSSUCA (LARANJEIRAS – SE) E O PROCESSO DE RECONHECIMENTO QUILOMBOLA

O termo Quilombo vem da época da escravidão. Na língua banta significa povoação. Chamados também de mocambos, eram os locais povoados por comunidades de negros fugidos, que conseguiam escapar dos seus proprietários.

A Mussuca está localizada no Leste Sergipano na Região do Vale Cotinguiba, município de Laranjeiras. Este povoado surgiu durante o processo de colonização, mais precisamente no século XVIII, época em que foi construída uma das igrejas mais antigas da cidade de Laranjeiras nas proximidades do Engenho Ilha, que fica na comunidade da Mussuca, em uma área particular.

O Povoado tem fácil acesso pela BR 101, principal eixo viário de Sergipe, distante 19 km de Aracaju, capital do Estado. Com relevo tipo tabuleiros, com diferenças e composição de morros encaixados em vertentes.

Sua população, segundo dados da secretaria municipal de saúde (2012), é de aproximadamente 3.043 habitantes, sendo que a maior parte da população se autodefine como negros tendo um grau de parentesco muito forte. Além disso, a população sempre esteve ligada à presença da mão de obra escrava e à cultura canavieira até os dias atuais, pois o clima chuvoso e principalmente o solo tipo massapé sempre foram usados para esse fim.

A economia local também está baseada na pesca, na agricultura, nos setores públicos, e nas grandes empresas ligadas a mineração. Apesar deste quadro, aparentemente positivo, falta emprego formal na comunidade o que faz com que a maior parte dos moradores se desloque para a capital do estado e cidades vizinhas e até mesmo para outros estados em busca de emprego.

A Mussuca dispõe de duas escolas públicas, uma estadual e a outra municipal, possui rede telefônica e rede elétrica, posto de saúde, cemitério, quadra de esporte, academia, água potável sem tratamento, ruas pavimentadas, campo de futebol, igrejas evangélicas e uma católica, associações comunitárias e de pescadores, telecentro-digital, centros de umbandas e um pequeno comércio local.

Quanto ao processo de reconhecimento da comunidade como Quilombola, ocorreu a partir de alguns acontecimentos. Segundo Cleide dos Santos (2013), presidente da Associação de Moradores do Povoado Mussuca/ do Grupo de Mulheres Produtoras Quilombola (GRUMAQ):

- "O processo de reconhecimento Quilombola do Povoado Mussuca se deu através da luta do movimento quilombola que já vinha lutando de forma geral, pelo reconhecimento de sua identidade, juntamente com outros movimentos sociais. Em 2005 dirigentes de Associações, se reuniram para o primeiro encontro Estadual de comunidades quilombolas em Aracaju para discutir sobre o processo de reconhecimento das comunidades".

No entanto, a presidente da Associação de Pescadores Marizete dos Santos, faz a seguinte consideração:

-Ela saiu em algumas casas colhendo assinatura das pessoas com uma folha sem cabeçalho dizendo que seria para receber cestas básicas e avivamentos de pescas do governo federal para que os mesmos fossem também reconhecidos pelo Presidente José Inácio Lula da Silva.

Dessa forma, uma das assinantes afirma que *"se arrependeu ao assinar o documento sem ter lido nem o cabeçalho e, retornando para a mesma pediu-lhes maiores informações".*

Assim, a presidente da Associação de Pescadores lhe explicou que se tratava da Certificação de Reconhecimento de Comunidade Quilombola, e só assim ela soube do que se tratava, mas, até então, para ela tudo isso não tinha realmente ficado esclarecido, pois, até aquele momento, nunca tinha ouvido falar sobre essas questões.

A documentação colhida foi encaminhada para a Fundação Cultural Palmares, para a Certificação de Auto- Reconhecimento de Comunidade Quilombola. Constando aproximadamente quarenta e seis assinaturas de pessoas da própria localidade que decidiram pelo apoio ao Reconhecimento de Certificação.

Após a publicação no Diário Oficial de Brasília, através da Fundação Cultural Palmares, foi marcada uma data para entrega das Certificações de todas as comunidades do Estado de Sergipe.

Logo após a entrega da Certificação foram gerados alguns conflitos internos na comunidade, pois muitas pessoas passaram a acreditar que iria voltar o tempo da escravidão, levar chicotada, as casas de alvenarias seriam substituídas por casas de taipa e a pavimentação das ruas também iria voltar a ser estrada de terra. Contudo, estes conflitos foram causados justamente porque não houve uma participação efetiva da população no processo de certificação.

A responsável que enviou os documentos quis então cancelar a certificação, mais já era tarde, pois se tratava de um documento jurídico. O caso foi enviado para a promotoria pública, e a Presidente da Associação de Moradores do povoado Mussuca e outras pessoas da comunidade foram intimadas e esclarecer o processo. A Certificação da Comunidade Quilombola é um documento Oficial da União emitido no dia 12 de janeiro de 2006, estando em pleno vigor.

Marizete dos Santos se defende afirmando que o processo se deu depois de um seminário que aconteceu no SESC, em Aracaju, a convite de Tereza que era a coordenadora das comunidades quilombolas do Estado de Sergipe, juntamente com o palestrante Isaías do Rio de Janeiro e Moisés, além de representantes de várias associações e foi neste evento que foi explicado sobre essa questão e, após a palestra foram feitos trabalhos em grupos.

Segundo relatos da responsável pelo documento, o processo na Mussuca, ocorreu da seguinte forma:

- "Houve uma missa na Igreja da comunidade e logo após o culto pedi para que as pessoas continuassem na Igreja que eu tinha uma coisa para dizer, e comecei a explicar". Falei dos benefícios que traria essa certificação para a comunidade, como cestas básicas, boa escola com professores da própria localidade, posto de saúde com pessoas da comunidade trabalhando etc. "Falei que para isso, tinha que fazer um abaixo-assinado constando nome e número da identidade para que fosse enviado este documento para a fundação Cultural Palmares para pedir a certificação de Auto Reconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo". "Disse que o objetivo era para que a comunidade passasse a ser quilombola e as pessoas se reconhecessem".

Diante deste relato, percebe-se que o processo de certificação da comunidade ocorreu de forma pouco participativa no sentido de que as pessoas não compreendiam o sentido pleno da certificação, o que mais tarde provocou um determinado estranhamento em relação a esta questão.

Todavia, através desta certificação Quilombola, a comunidade passou a receber benefícios do Governo Federal, como cestas básicas, conjunto habitacional, entre outros.

A Mussuca é considerada até então, uma das Comunidades Quilombolas mais importantes do Estado de Sergipe, definida por sua identidade própria, além das manifestações culturais que resgatam o seu passado não apenas por suas origens históricas, mas também por sua rica importância cultural.

Dessa maneira, suas manifestações culturais estão sempre presentes no seu dia-a-dia. Há exemplo da

dança do Grupo São Gonçalo do Amarante, conhecido nacionalmente como grupo pagador de promessa que contempla o Santo São Gonçalo com suas cantorias. Este grupo é composto por homens com trajes de mulheres e uma mariposa, a qual carrega o Santo em sua barca acompanhado de seu viola. Além do Samba de Parelha que tem como referência histórica, Dona Nadi; festa completamente junina composta por homens e mulheres que tocam os instrumentos e as mulheres dançam de acordo com o toque dos instrumentos.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA NO POVOADO MUSSUCA (LARANJEIRAS - SE)

A Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral, localizada no povoado Mussuca, no município de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, foi fundada no dia 09 de fevereiro de 1988 e faz parte da rede municipal. Foi reconhecida oficialmente através da Lei Municipal n.083 de fevereiro de 1988, sancionada pela Câmara Municipal de Laranjeiras. A instituição de ensino oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos.

A escola é de boa localização e fácil acesso. Atende a um público de 440 alunos, sendo 85% estudantes da comunidade da Mussuca e 15% são alunos oriundos de povoados circo vizinhos.

Possui um quadro de 42 funcionários, distribuídos da seguinte forma: 01 diretor, 01 secretário, 01 auxiliar administrativo, 27 professores, sendo que 22 professores têm nível superior completo, 04 incompletos e apenas 01 professor com formação do 2º grau, todos em exercício. Além de 02 vigilantes, 06 auxiliares de serviços gerais, 03 merendeiras e 01 auxiliar.

Contudo, há uma grande preocupação do diretor referente aos alunos do EJA, como se não bastasse a situação socioeconômica da população, existe outra preocupação ainda maior, porque eles estão deixando de frequentar a escola por causa de um projeto do Governo Federal, o Projovem Campo. Tal projeto foi implantado em uma das escolas do povoado e oferece uma bolsa de R\$ 100,00 reais, desestimulando cada vez mais o aluno a frequentar a escola no turno regular. Por conta disso, o turno da noite no segundo semestre de 2012 corre risco de fechar, uma vez que, apenas 40 alunos estão matriculados.

Isso acontece porque na escola pública do campo, além de não ofertar uma educação de qualidade, não existem projetos para que os jovens se envolvam e permaneçam nela. Porque estes pacotes prontos do Governo Federal não trazem bons resultados pra estes jovens, especialmente a garantia de melhoria na sua condição de vida. Portanto, os jovens sentem-se presos e completamente moldados pelo sistema e não se dão conta do prejuízo que isso pode lhes causar futuramente.

Quanto ao papel desta escola na comunidade, especialmente no que diz respeito ao aspecto ligado a identidade da comunidade e ao reconhecimento enquanto comunidade quilombola precisa-se fazer algumas reflexões sobre o papel da educação neste contexto.

A educação é expressão do social e da cultura que caracteriza os seres humanos e que, por ser histórica, transforma-se ao longo do tempo (VALENTE 2003). Isso traz uma perspectiva mais abrangente, que é a de incluir no processo educacional novas experiências em que a diversidade étnico-cultural possa servir de base à formação plena de uma cidadania, como por exemplo, os valores civilizatórios presentes, as religiões de matrizes africanas, entre outros.

Neste sentido o PPP pode contribuir para a formulação de uma nova escola, pois como aponta (BENEVIDES, 1996):

O Projeto Político Pedagógico requer muito mais atenção, ou seja, ele é muito mais amplo na sua dimensão social. Pois não é de apenas responsabilidade da escola, mais de todos. Deve ser construídos através de uma ação conjunta com estudantes, professores, família e sociedade na tomada de suas decisões.

integrando e respeitando o saber que se condensa nas culturas populares revelando sua extrema importância, como instrumentos de decifração dos pilares em que se assenta nossa formação. Partindo do conhecimento de sua própria história, da sua origem étnica e cultural respeitando as diferenças e construindo sua própria identidade. (BENEVIDES, 1996, p. 3).

Isto nos leva a entender que o indivíduo ao frequentar a escola já leva consigo uma bagagem de experiências do seu dia-a-dia, ou seja, do meio em que ele está inserido.

A investigação possibilitará compreender o sentido e a força da relação entre crianças quilombolas, que possuem padrões de origens sócio- históricos, ao se integrar no universo escolar, analisando a construção do sujeito quilombola que busca preservar a sua identidade em comportamento à identidade construída no ambiente escolar. (ALVES-MAZZOTTI, 1994 p.90).

Isso só será possível a partir das observações do cotidiano escolar e da percepção do eu sobre o outro. É nesse espaço que o indivíduo em suas relações busca conhecer a si e o outro, o que nos leva a entender que o indivíduo ao frequentar a escola já leva consigo uma bagagem de experiências do seu dia-a-dia, ou seja, do meio em que ele está inserido.

A IDENTIDADE QUILOMBOLA E O ESPAÇO ESCOLAR

Diante da conjuntura do processo educacional, a exclusão social e educacional, ainda é muito forte na construção das relações sociais e na formação dos (das) estudantes locais.

A capacidade de buscar os fatos e recorrer à memória agrega-se à capacidade de sonhar e de projetar. Parece que agora começam a descobrir as possibilidades do local: a possibilidade de serem donos da terra não apenas como um espaço físico, mas como um espaço historicamente construído. Esse processo de exploração lhes permite enxergar em cada palmo de chão um pouco de suas expectativas e vivências.

Nem sempre o diferente nos encanta. Muitas vezes ele nos assusta, nos desafia, faz olhar para a história, nos leva a pensar em revistas as nossas ações, opções políticas individuais e os nossos valores. Reconhecer as diferenças implica romper com o preconceito, superar as velhas opiniões. Formadas sem reflexão, sem o menor contato com a realidade do outro (BOFF, 2003, p. 73).

Neste caminho, o desenvolvimento das relações sociais tem na escola um importante espaço de construção identitária, pois o processo de investigação é fator primordial.

Os europeus eram egocêntricos e não admitiam culturas diferenciadas, já os negros não eram católicos, tinham a sua própria religião trazida da África e não aceitavam a imposição da religião dos brancos. Entretanto, a misturas de crenças foi muito forte, levando a uma justa posição de ritos, símbolos e fé.

A religião permitida no país era a católica e os negros, obrigados a aderi-la, não podiam praticar a sua religião ou fazer festas e demonstrações oriundas da cultura africana. Contudo, negros e negras traziam no coração as lembranças da sua terra e sempre davam um jeito de praticar seus rituais. A intenção do

homem branco era fazê-los perder totalmente a identidade cultural. Mas a maioria conseguiu manter ou com muito jeito, integrar suas práticas religiosas ao catolicismo. Segundo (OLIVEIRA, 2007, p. 15):

Todas as culturas são incompletas e problemáticas nas suas concepções de dignidade humana. Esta incompletude provém da própria existência da pluralidade, pois, se cada cultura fosse completa, existiria apenas uma cultura, por fim, todas as culturas tendem a distribuir as pessoas, os grupos entre os dois princípios de pertença hierárquica: o princípio da igualdade e o princípio da diferença".(OLIVEIRA, 2007, p. 15).

Neste contexto, as comunidades quilombolas são comunidades rurais ou urbanas formadas por descendentes de escravos negros refugiados das fazendas dos senhores de engenhos por conta dos trabalhos braçais muito pesados e das chicotadas durante o período colonial. São povos guerreiros que se orgulham e se autodefinem com as relações da terra e mantêm viva a luta e tradição de um povo que tem história gerada desde sua ancestralidade.

O currículo escolar nas escolas brasileiras não é compatível com esta realidade social, e muitas vezes os alunos acabam por abandonar os estudos, evadindo da escola por conta do trabalho para suprir as suas necessidades pessoais e familiares, isto agravado pelas péssimas condições estruturais das escolas, sem contar com ensino precário e uma alimentação de péssima qualidade.

Quanto aos currículos, não trazem temas geradores da diversidade étnico-racial, porque são elaborados em limites estruturais como carga horária, matérias didáticas disponíveis e a formação acadêmica pouco crítica. Além disso, não existe qualificação dos professores para trabalhar com essa questão em sala de aula. Tratar da questão da diversidade e da diferença, para a grande maioria dos professores e gestores, não devem trazer a especificidade da questão étnico-racial. Segundo NUNES (2004)

O processo de construção ou perda de uma identidade deve ser seriamente refletido a fim de que as crianças negras não permaneçam diluídas numa cultura de que se é alguém, mas que se tem dúvida de definir". Negro, preto, azulão, mulatinho, várias terminologias utilizadas para designar o "outro" enquanto que na verdade trata-se de uma fuga de si mesmo.(NUNES, 2004, p. 57)

Ao implementar a lei 10.639/2003 que insere nos currículos escolares de ensino fundamental e médio a história da cultura Afro-brasileira, uma das grandes dificuldades que se colocam não é a questão do conteúdo a ser explorado, mas das relações que vão ser mexidas, e que estavam, até então, guardadas em lugares não percebidos, onde se alojam nossos preconceitos que, por vezes, emergem disfarçados na indiferença. Neste sentido como aponta BOFF (2003) que:

Nem sempre o diferente nos encanta. Muitas vezes ele nos assusta, nos desafia, faz olhar para a história, nos leva a pensar em revistas as nossas ações, opções políticas individuais e os nossos valores. Reconhecer as diferenças implica romper com o preconceito, superar as velhas opiniões. Formadas sem reflexão, sem o menor contato com a realidade do outro (BOFF, 2003, p. 73).

No caso da Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral, não foi possível perceber um trabalho com disciplina específica que trate da questão afrodescendente da comunidade ou da identidade quilombola.

Uma vez a Lei, 10.639/2003, volta-se para essa questão. Portanto não há uma política de afirmação e inclusão para esse processo.

Segundo informações dos professores, não houve a participação dos mesmos no processo de elaboração do projeto e nem tampouco da comunidade. O projeto foi elaborado por uma empresa contratada, sem que os mesmos tivessem conhecimento. Na verdade, foi elaborado de cima para baixo e não corresponde a realidade da escola e da comunidade.

Quanto à identidade quilombola, os professores consideram de extrema importância e no ponto de vista da maioria, deveria ser trabalhada diariamente, durante todo o processo de aprendizagem, pois os sujeitos devem conhecer e construir a sua própria história. Além disso, é preciso que a própria comunidade também se reconheça para poder abraçar essa causa, uma vez que a comunidade é a base de análise, que tem como integração a posse da terra.

Ainda segundo os professores, o que tem se observado é que os alunos se sentem presos a tudo isso, e não se situam neste contexto. Logo, a identidade quilombola até aparece no PPP (Projeto Político Pedagógico), mas não condiz com a organização curricular, uma vez que os conteúdos são desvinculados do contexto local e até mesmo do regional, tornando-se difícil a intervenção dos mesmos, pois a maior parte dos docentes são moradores de outras cidades.

Neste caminho, os professores também apontam que a maioria absoluta dos alunos, não se autorreconhecem enquanto quilombolas, no máximo afrodescendentes. Esta questão acaba por interferir nas possibilidades de atuação da escola e dos próprios professores.

Neste sentido, a pesquisa em questão se encontra com outra vertente, uma vez que a maioria absoluta dos alunos da escola são moradores da comunidade, e que esta mesma comunidade é certificada e vivencia aspectos culturais, históricos, sócias e políticos voltados para as questões quilombolas, já expostas neste artigo.

Os professores entrevistados, no final de 2013, afirmaram que foi elaborado entre si um projeto de ensino para trabalhar com essas questões, mas infelizmente por conta de alguns impasses não foi possível desenvolvê-lo como um todo, ficando o mesmo executado pela metade.

A escola não tem planejamento integrado voltado para a questão quilombola, os professores, na grande maioria, não são capacitados para o trabalho político de formação da identidade na comunidade, continua desenvolvendo trabalhos pedagógicos por meio de projetos isolados. Portanto o Projeto Político Pedagógico da escola não está vinculado às práticas e ao saberes historicamente construído na comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Povoado Mussuca (Laranjeiras-SE) é um território condicionado e condicionante de uma comunidade reconhecidamente Quilombola, com raízes étnicas e raciais africanas.

A comunidade da Mussuca é viva e com fortes manifestações culturais que reafirmam essa condição. Entretanto, seja no caráter legal, exposto pela sua certificação, seja no aspecto cotidiano, tudo isso precisa ser mais valorizado e construído de forma participativa, afinal são estas práticas que tornam a comunidade capaz de perpetuar a sua reprodução enquanto lugar e identidade.

Cabe também a Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral, tomar para si essa responsabilidade e ser o espaço de conhecimento e arena de construções, que no cotidiano não contribui para uma tomada ideológica e pedagógica que estimulem a valorização e o reconhecimento dessa origem. Onde essas questões apareçam sem abandonar seu papel enquanto espaço do conhecimento, mas entendendo-se também ser o lugar dos embates sociais e políticos.

Infelizmente o que se vê hoje nas escolas em pleno século XXI, é nada mais do que uma reprodução do modelo de ensino centrado em um patrimônio europeu, ou seja, não se trabalha a questão da cultura e do patrimônio imaterial, que é o caso da capoeira, das raízes de matrizes africanas.

Diante dos resultados das entrevistas e com base na análise das mesmas, percebemos então uma desvinculação entre o Projeto Político Pedagógico da escola em questão e as práticas pedagógicas dos professores, uma vez que o Projeto Político Pedagógico da Escola da unidade escolar é apenas figurativo, tendo sido elaborado em 2008, e não passa por reformulações ou avaliações que lhes garantam a possibilidade de se tornar algo realizável no cotidiano do ambiente escolar.

Este sem dúvida não é o papel educacional do PPP, uma vez que o mesmo deve ser à base de organização da escola no contexto político, ideológico e social, fazendo a ponte principal entre a escola e a comunidade.

O Projeto Político Pedagógico é uma ferramenta norteadora que deve ser construído, discutido e analisado com a comunidade, pois sem essa participação o mesmo perderá seu caráter fundamental enquanto documento de gestão.

Todavia, ele não é um documento apenas de responsabilidade da direção escolar na tomada de suas decisões, e no nosso caso de estudo, o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Prefeito José Monteiro Sobral não corresponde à realidade da escola e da comunidade como está previsto na Lei da LDBEN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), uma vez que não foi construído efetivamente por quem faz a escola e, apesar de até conter na sua forma escrita a importância de se trabalhar as questões históricas raciais, isto não acontece de forma efetiva, uma vez que o que propõe na teoria não se concretiza na prática escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES-MAZZOTTI, A . J. **Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação**. In Aberto, Brasília, ano 14, n.61, jan/mar. 1994.

ARRUTI, José M. A. **A Emergência dos "Remanescentes": Notas para um Diálogo entre Indígenas e Quilombolas**. Caxambu, ANPOCS, Mimeo. ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS e COMISSÃO PRÓ- ÍNDIO, 1999, Minha Terra: Meus Direitos, Meu Passado, Meu Futuro, São Paulo, ARQMO/CPI-SP.

BENEVIDES, Maria Victória. **Educação para a Democracia**. Disponível em:

. Acesso em:

15/12/2009.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: . Acesso em 21/06/2007.

NUNES, Georgina Helena L. **Prática do Fazer, Prática do Saber: vivências e aprendizados com a infância do Corredor**. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Defendida em

08/09/2004.

OLIVEIRA, I. B. de. **Boaventura e a Educação**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

VALENTE, A. L. **Educação e diversidade cultural: um desafio da atualidade**. São Paulo: Moderna, 2003.

[1] Licenciada em Educação do Campo/UFS, Pesquisadora GPEMS -Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais Cnpq/UFS.

[2]Licenciado e Bacharel em Geografia, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFS), Pesquisador GPEMS- Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais Cnpq/UFS, Professor Substituto DED/UFS e Professor de Educação Básica da SEED/SE.